

As receitas médicas de Joanna Stephens: controvérsias sobre remédios contra cálculos urinários na Inglaterra do século XVIII

Joanna Stephens' medicines: controversies about urinary stone remedies in 18th-century England

Marina Juliana de Oliveira Soares | Faculdade de Tecnologia de São Paulo

oliveiras.mari@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4326-368X>

RESUMO No século XVIII, a área médica profissional ainda era um campo de ampla atividade masculina. As mulheres, em geral sem formação acadêmica, atuavam como curadoras práticas. Foi nesse cenário que a curadora e herborista inglesa Joanna Stephens (morta em 1774) publicou a receita de seu remédio contra cálculos nos rins e na bexiga, em 1739. O medicamento, fruto de seu trabalho de anos anteriores, prometia dissolver os cálculos do trato urinário, o que causou grande expectativa entre aqueles que sofriam desse mal, e um longo debate entre médicos. Entre seus apoiadores figurava o médico David Hartley, que se empenhou em coletar depoimentos de pacientes que haviam testado o remédio de Stephens, ressaltando sua ampla taxa de efetividade. Ademais, a publicação de sua receita havia sido aprovada por um Ato do Parlamento, com o pagamento de cinco mil libras à sua autora. Assim, busca-se assinalar o teor desse remédio, inserido no contexto social e terapêutico do século XVIII, indicando como as críticas de seus opositores se referiam menos aos ingredientes do medicamento e à sua forma de uso do que ao fato de esse ter sido criado por uma mulher.

Palavras-chave Joanna Stephens (?-1739) – remédios – cálculos urinários – alcalinos – Inglaterra, século XVIII.

ABSTRACT *In the 18th century, professional medicine was still a largely male field. Women, generally without academic training, acted as practical healers. It was in this scenario that the English healer and herbalist Joanna Stephens (died in 1774) published the recipe for her medicine against kidney and bladder stones in 1739. The remedy, the result of her work of years before, promised to dissolve urinary tract stones, which caused great expectation among those who suffered from this ailment, and a long debate among doctors. One of her supporters was the doctor David Hartley, who worked to collect testimonials from patients who had tested Stephens' medicine, highlighting its wide effectiveness rate. In addition, the publication of his prescription had been approved by an Act of Parliament, with the payment of five thousand pounds to its author. Thus, we seek to highlight the content of this remedy in the social and therapeutic context of the 18th century, showing how the criticism of its opponents referred less to the ingredients of the medicine and the way it was used than to the fact that it was created by a woman.*

Keywords *Joanna Stephens (?-1739) – medicines – urinary stones – alkaline – England, 18th-century.*

Introdução

No século XVIII, a formação de médicos ingleses – e europeus de modo geral – ainda estava amplamente atrelada às universidades. Contudo, na metade desse século, o ensino comercial e o treinamento em hospitais “passaram a dominar a formação médica” na Inglaterra e, especialmente, em Londres (Lindemann, 2010, p. 148).¹ Além desses médicos profissionais e de outros que recebiam educação fora das universidades, havia uma ampla gama de curadores práticos, que abarcava “mulheres nobres”, mulheres com conhecimentos em ervas e preparos, “vendedores itinerantes de remédios, cirurgiões e boticários” (Elmer, 2004, p. 27). Eram esses praticantes os responsáveis pela “maior parte do cuidado médico” na Europa moderna (p. 28).

É com base nesse cenário que devemos rastrear o processo de elaboração, publicação e controvérsias do texto da curadora Joanna Stephens sobre remédios contra cálculos urinários. Busca-se, aqui, verificar as características de seu medicamento, bem como seu método de administração, comparando-os às indicações terapêuticas formuladas nessa época e na literatura médica ainda em uso na Europa. Tendo-se em conta essas informações, somadas aos testes sobre sua efetividade empreendidos por um de seus apoiadores, o médico David Hartley, poderemos compreender mais precisamente a natureza das críticas sofridas por ela. Em outras palavras, pretende-se responder à questão: o remédio de Stephens era desaprovado em razão de suas propriedades médicas ou em virtude de aspectos externos, como o fato de se tratar de uma mulher e que atuava como curadora prática?

A análise do caso envolvendo a receita médica de Joanna Stephens se justifica por sua excepcionalidade, que pode ser traduzida em três fatores. A sua autora era uma curadora e herborista sem formação acadêmica, cuja produção escrita, ao que sabemos, se resume ao texto com a receita contra cálculos urinários. Some-se a isso o fato de Stephens ter recebido o apoio de um médico, que expressou sua posição favorável em publicações sobre essa matéria. E, por fim, a divulgação de tal receita renderia à sua autora uma soma paga por decisão do Parlamento britânico.

A condição tratada pelo remédio de Stephens era uma preocupação corrente na Europa do século XVIII; doença causada, possivelmente, pelos hábitos alimentares e pelas “frequentes infecções” (Maehle, 1999, p. 55). Uma forma curiosa de se atestar essa situação são as amplas coleções de sedimentos, reunidas pelos médicos Hans Sloane e William Hunter, além das armazenadas pelo cirurgião John Hunter. Embora a litotomia² fosse uma prática possível para essa condição, os riscos de uma cirurgia sem anestesia efetiva e as complicações posteriores, como “incontinência, fístulas, e impotência masculina”, eram correntes (Maehle, 1999, p. 55). Nesse sentido, ainda que a defesa de um tratamento medicamentoso contra cálculos nos rins e na bexiga já não fosse uma prática disseminada nesse momento (Ogilvie, Harvey, 2000, p. 1227), conseguimos entender as razões que moviam as pessoas na busca por soluções medicamentosas.

Receitas de decoções diuréticas e de tônicos que atuassem na dissolução dos cálculos urinários podem ser encontradas na matéria médica desde a Antiguidade. Fossem Dioscórides (c.40-c.90) ou Galeno (129-c.216) na tradição greco-romana, ou Ar-Rāzī (865-925) e Ibn Sīnā

1 Todas as traduções de fontes históricas e trechos de livros neste artigo são minhas.

2 As diferentes abordagens cirúrgicas, ou seja, os métodos empregados para remoção dos cálculos urinários, serão discutidas na seção “As controvérsias sobre os remédios contra cálculos urinários”.

(980-1037) na medicina islâmica, fato é que listas com substâncias e preparos para “quebrar os cálculos” eram formuladas e publicadas. Dentre os inúmeros ingredientes, “pedra de esponja” e “pedra dos judeus”³ apareciam com certa frequência (Maehle, 1999, p. 59). Um popular litotrópico dessa época, ou seja, um medicamento para desintegrar cálculos urinários, era o chamado *confectio ex cineribus*, que se baseava numa receita publicada no Cânone de Medicina, de Ibn Sīnā (p. 59).

Preparos que combinavam cascas de ovos, caramujos e ingredientes vegetais eram recorrentes em publicações médicas. Além desses, acreditava-se que a ingestão das chamadas substâncias alcalinas teria o poder de dissolver os cálculos urinários. Desse modo, médicos no século XVIII recorriam à “injeção à base de cálcio e solução saponácea diretamente na bexiga” (Kleinkauf, Von Döhren, Jaenicke, 1988, p. 143). Como veremos adiante, guardadas as devidas particularidades, esses ingredientes seriam empregados por Joanna Stephens em seus medicamentos contra os cálculos urinários.

Joanna Stephens e a atuação médica

Assim como muitas outras mulheres curadoras e sem formação acadêmica desse período, pouco se conhece sobre a biografia de Joanna Stephens. A sua própria data de nascimento é motivo de dúvida entre os pesquisadores. Já a sua morte teria ocorrido em 1774. E não fosse o amplo debate público sobre os seus remédios contra cálculos urinários, é possível que seu nome continuasse pouco lembrado na história da medicina. Nota-se inclusive certa dificuldade em se apontar a função de Stephens nesse cenário médico. Alguns historiadores a definem como médica, boticária e herborista. Outros a nomeiam de empírica. E há espaço ainda para o uso pejorativo do termo “charlatã”.

Joanna Stephens nasceu em Berkshire, no interior da Inglaterra. Foi em Londres, contudo, que ela ganhou maior notoriedade, em razão da divulgação de suas receitas. É provável que Stephens estivesse empenhada no preparo de remédios já havia algum tempo. Num livro sobre receitas domésticas e médicas, cuja autoria é anônima e cuja publicação data possivelmente de 1810, informava-se que ela preparava remédios desde a juventude, e curava gratuitamente aqueles a quem administrava os medicamentos (The Family..., c.1810, p. 571). Nesse texto, os remédios de Stephens eram mencionados como os mais eficazes contra os cálculos urinários.

Uma informação ressaltada sobre as origens de Joanna Stephens é a de que ela era filha de um cavalheiro de posses.⁴ Contudo, na sua própria publicação, de junho de 1739, a curadora não fazia qualquer indicação sobre sua ascendência, sobre seus interesses ou sobre sua família. O foco de seu texto eram as receitas médicas. E como Stephens não era propriamente uma autora de obras médicas, não houve outras publicações após anunciar suas receitas terapêuticas.

3 A chamada “pedra de esponja” (*lapis spongiae*) consistia frequentemente de fósseis, enquanto a “pedra dos judeus” (*lapis judaicus*) era o nome dado aos espinhos de certos equinóides cidaroidas, principalmente de ouriços-do-mar. Ambos eram usados tanto de forma profilática quanto no tratamento de cálculos urinários. Sobre isso, ver Duffin (2006).

4 A afirmação “the daughter of a gentleman of good estate and family in Berkshire” advém de uma afirmação feita por David Hartley num suplemento ao texto “A view of the present evidence for and against Mrs. Stephens’s medicines”, de 1740 *apud* Clark-Kennedy (1929, p. 124).

O fato é que as receitas médicas de Joanna Stephens instigaram amplas discussões na Inglaterra da década de 1740. Para entendermos os debates públicos, as controvérsias e as várias críticas em torno de seus remédios contra cálculos urinários, é preciso pontuar os eventos que levaram à publicação de seu texto em 1739, e as reações que se seguiram a tal divulgação.

As publicações sobre os remédios de Stephens

Sabemos que Joanna Stephens sinalizava um interesse pela manipulação de ervas e outras substâncias com fins medicinais desde a juventude, mas quais razões a teriam motivado a pesquisar uma solução contra cálculos urinários? Considerando-se o texto de receitas médicas mencionado, de cerca de 1810, é provável que a inclinação de Stephens por elaborar um remédio contra essa condição tivesse origem em uma experiência pessoal. Uma amiga muito próxima teria morrido em razão de cálculos urinários, sofrendo das dores mais violentas que se possam imaginar (*The Family...*, c. 1810, p. 571).

Não se sabe a data exata em que Stephens teria iniciado sua busca por tal medicamento, mas o fato de a sua receita ter sido eficaz em casos envolvendo nobres e políticos ajudou a dar maior visibilidade ao seu nome. Essa atenção aos seus remédios teria se tornado mais evidente a partir de 1735, momento em que seus preparos médicos haviam curado Edward Carteret, político e chefe dos serviços postais (Walsh, 2023, p. 269).

Em 1738, a edição de abril do jornal *The Gentleman's Magazine* fez uma primeira indicação sobre o intento de Joanna Stephens em tornar pública sua receita médica contra os cálculos urinários. No texto, assinado pelo médico David Hartley, indicava-se que Stephens publicaria seus remédios sob a condição de um pagamento de cinco mil libras. Naquele momento, o banqueiro identificado somente como sr. Drummond, e que estava responsável por receber as contribuições, havia somado um montante de quinhentas libras (Urban, 1738, p. 218).

Na edição de outubro de 1738, o jornal trazia 21 relatos de pacientes que haviam utilizado o remédio de Joanna Stephens, em resposta ao próprio pedido da curadora.⁵ Importante lembrar que essa edição de *The Gentleman's Magazine* informava que as contribuições para a publicação da receita de Stephens haviam atingido a cifra de 1.250 libras.

Nesse conjunto de 21 depoimentos, verificamos que 19 pessoas relatavam os efeitos benéficos após o uso do remédio, e que se sentiam melhores desde então. É digna de nota a carta enviada por uma senhora de sobrenome Marsch, que endereçava seu testemunho à própria Stephens, alegando que rezaria por ela durante toda a sua vida, já que havia visitado "vários médicos" antes e que nenhum trouxera alívio para seu sofrimento (Urban, 1738, p. 550). Dois casos, contudo, haviam culminado na morte dos pacientes. O relato de número 9, o do sr. Holland, ressaltava a sua melhora após o uso do remédio, com a ulterior morte por uma "desordem erisipelatosa". Stephens fizera um pedido aos médicos do paciente para que o corpo fosse examinado, a fim de se verificar a causa da morte, mas o sr. Holland já havia sido enterado antes que os médicos chegassem ao local (p. 549). Já no caso número 10, do sr. Thomas, de 75 anos, o corpo fora periciado após a morte, e encontraram um cálculo em sua bexiga. Na

5 No jornal, anunciava-se que os casos relatados estavam em "conformidade com o pedido da Sra. Stephens". Cf. Urban (1738, p. 548).

sequência, aventava-se que o paciente talvez não tivesse cumprido as orientações recebidas, e nem tivesse tomado o cuidado necessário para alguém de sua idade e com suas queixas (p. 549).

Em novembro de 1738, *The Gentleman's Magazine* continuava a publicar os relatos de pacientes que haviam empregado a receita de Stephens contra cálculos urinários. Nesse caso, tratava-se de seis depoimentos enviados ao sr. Harding, o livreiro encarregado de receber as cartas sobre o remédio em questão. Todos eles indicavam a recuperação da saúde dos pacientes. Dentre essas cartas, havia uma do sr. Reau, um francês que viajara a Londres em busca de alívio para a sua queixa. Na cidade inglesa, Reau se consultou com um “habilidoso médico”, que confirmou a presença de cálculos urinários. Na sequência, a própria Stephens seria procurada, assegurando se tratar de um cálculo na bexiga. Então, em novembro de 1737, ele iniciara o tratamento com o remédio dessa curadora. O seu relato, com data de novembro de 1738, ressaltava a melhora de sua condição (Urban, 1738, p. 606).

A edição de dezembro de 1738 trouxe a público mais sete depoimentos de pacientes que haviam experimentado as receitas médicas de Stephens. Desse conjunto, cinco relatavam significativa melhora após o período de uso do remédio em questão. Dois pacientes alegavam não ter sentido alívio para suas queixas. Era o caso de Ann Clifton, que gostaria de saber da própria Stephens se deveria repetir o uso. Já o sr. Kettle afirmava não ter sentido qualquer dano – além de um inchaço no corpo e nas pernas –, mas não notara nenhum benefício para sua condição (Urban, 1738, p. 661).

Na edição de 16 a 19 de junho de 1739, a *London Gazette* trazia a receita de Joanna Stephens contra os cálculos urinários, com a indicação de que tais medicamentos eram publicados sob a determinação daqueles que haviam sido escolhidos por “Ato do Parlamento”. Essa gazeta nomeava a receita como a “descoberta completa” feita por Stephens para a “cura” dos cálculos” (Whitehall, 16-19 June 1739). Na sequência, as receitas eram apresentadas, assim como o modo de usá-las.

Como mencionado, na edição de 1738 de *The Gentleman's Magazine*, Joanna Stephens recebeu o apoio de um homem da classe médica, David Hartley (1705-1757). Em virtude de sua ampla e pública defesa dos remédios elaborados por ela, é preciso analisar os textos de Hartley com mais detalhe, a fim de entendermos os motivos que o teriam levado a defender uma mulher sem formação médica diante de médicos profissionais e da própria Faculdade de Medicina de Londres (Royal College of Physicians).

David Hartley e a defesa dos remédios de Stephens

David Hartley era um filósofo e médico de Yorkshire, onde foi batizado em 1705. Ele ficaria conhecido como o fundador do associacionismo na psicologia.⁶ Em Londres, Hartley continuou

6 De forma resumida, a teoria do associacionismo defende que a mente humana pode ser entendida com base nas associações de ideias advindas das experiências. Desse modo, as “imagens que preenchem a nossa mente”, sejam esses elementos da memória ou da imaginação, são carregadas com o que chamamos de emoções, mas que Harvey nomeava de “afeições”. Para Harvey, a emoção era um fluido como “a eletricidade ou a água”, que salta de uma “experiência, memória, palavra” para outra, o que ele entendia como “transferência de emoção”. Portanto, o ser humano deve acumular uma série de associações e hábitos, para que a “razão aponte a felicidade privada”. Sobre isso, cf. Allen (1999, p. 267-268 ss).

sua prática médica e “devotou-se à descoberta de um litotríptico”, ou seja, um remédio contra cálculos urinários (Matthew, Harrison, 2004, p. 606). Como sabemos por meio de sua biografia, esse interesse não era fortuito: o próprio Hartley sofrera dessa condição, como podemos ler no livro publicado sob o título *Ten cases of persons who have taken Mrs. Stephens’s medicines for the stone*, em 1738, e, além disso, ele havia obtido sucesso usando esse medicamento (Moran, 2014, p. 77). Portanto, antes mesmo que Joanna Stephens pudesse tornar conhecida sua receita médica contra cálculos urinários, em 16 de junho de 1739, David Hartley já havia se encarregado de defendê-la publicamente.

Num texto sucinto, Hartley fazia uma breve descrição das queixas dos pacientes, e, em seguida, indicava os resultados obtidos após o uso dos remédios de Stephens. Importante ressaltar, como veremos, que essa curadora formulara três tipos de medicamentos contra os cálculos urinários: pó, decocção e pílula. Contudo, grande parte dos pacientes optava por utilizar o pó. Dentre os dez casos relatados, havia o depoimento do bispo de “Bath e Wells” e do reverendo dr. Sykes. O fato de o bispo ter sido curado motivou o emprego do remédio pelo sr. Bolton, o terceiro caso do texto de Hartley, o qual preparara um diário entre 17 de julho e 28 de novembro de 1737. Dentre os dez casos, todos relatavam melhora de saúde, com exceção do sr. Thomas, o senhor de 75 anos que falecera cerca de quatro meses após usar os remédios e que foi citado acima, na edição de outubro de 1738 de *The Gentleman’s Magazine* (Hartley, 1738, p. 25).

Além de publicar os testemunhos desses dez pacientes, o texto de Hartley trazia um experimento *in vitro* em que os cálculos urinários eram mergulhados em quatro líquidos distintos: 1. água do rio; 2. mistura do pó de Stephens e água do rio; 3. urina comum; 4. urina alcalina do próprio Hartley. Após acompanhar a evolução dos sedimentos, concluiu-se que as pedras depositadas na urina alcalina, ou seja, a urina sob efeito do remédio de Stephens, haviam sofrido as perdas de peso mais significativas em relação aos outros líquidos.⁷

Não demoraria para que Hartley recebesse críticas sobre seu posicionamento. Em março de 1739, o médico Henry Bracken (1697-1764) publicaria uma carta a Hartley, questionando a eficácia do remédio formulado por Joanna Stephens. Na carta, Bracken afirmava: “você dirá que a descoberta não é da srta. Stephens, mas de seu falecido irmão”, e completava ressaltando que isso não tinha importância, pois toda época produzia um *nostrum*, isto é, uma panaceia, elaborada por pessoas sem qualificação médica (Bracken, 1739, p. 1-2). Bracken seria alvo de admoestação de um certo Omnelio Pitcarne, para quem a reprovação dos remédios de Stephens denotava mais uma preocupação financeira, já que Bracken atuava com cirurgias de cálculos urinários (Walsh, 2023, p. 279). Em outra crítica, Hartley era alertado de que ele seria visto como um defensor de “uma velha charlatã”, se continuasse a “publicar somente os casos de pessoas que haviam recebido o benefício desses remédios” (Matthew, Harrison, 2004, p. 606-607).

As críticas negativas sofridas por Hartley e seu próprio episódio de crise renal contribuíram para que o médico continuasse empenhado na investigação sobre a eficácia dos remédios de

7 Dois cálculos urinários iniciais, A e B (cujas origens Hartley não especifica), foram partidos e distribuídos em oito grupos (A₁, B₁, A₂, B₂, A₃, B₃, A₄, B₄). Depois, cada conjunto de sedimentos foi mergulhado em seu respectivo líquido (A₁ e B₁ no líquido 1 citado acima, e assim por diante). Após uma semana, os sedimentos foram es-covados com uma esponja, e mantidos numa janela até secarem. Ao final, Hartley concluiu que as concreções A₄ e B₄, mergulhadas na urina alcalina, é que haviam sofrido a maior perda de peso, o que depunha a favor do remédio de Stephens. Sobre isso, ver Hartley (1738, p. 28-30).

Stephens. Assim, em março de 1739, após ampliar a coleta de relatos e dados sobre o medicamento contra cálculos urinários, ele publicou um novo texto, desta vez com os testemunhos de 155 pacientes que haviam se submetido ao tratamento com as receitas médicas dessa curadora.

O texto *A view of the present evidence for and against Mrs. Stephens's medicines* era dedicado ao presidente e aos membros da Faculdade de Medicina de Londres, e tinha a intenção de colocar diante deles a “matéria de fato” sobre esse caso, para que eles pudessem submetê-la a um “exame rigoroso e imparcial”. Hartley encerrava afirmando que, se tivesse nutrido “falsas esperanças”, ele reconheceria seu erro, mas, se o remédio fosse seguro e propiciasse uma cura eficaz, nada poderia ter maior aprovação junto à “opinião do público” do que a posição desses homens (Hartley, 1739, p. iii).

Nesse texto, David Hartley pretendia responder duas grandes questões feitas sobre o medicamento criado por Joanna Stephens. A primeira buscava verificar se o remédio causava benefício ou dano àqueles que o utilizavam. A segunda questão se preocupava em entender se o pó – a receita mais usada de Stephens – dissolvia os cálculos urinários ou se, ao contrário, contribuía para gerar e aumentar tais concreções. Para responder a primeira dúvida, Hartley examinaria os casos relatados. Já para a segunda questão, que ele reconhecia ser de mais difícil análise, o médico propunha comparar os casos, fazer experimentos com a urina coletada dos pacientes, “exames por cateter” e, se fosse necessário, examinar os corpos após a morte (Hartley, 1739, p. 1-2). Por fim, Hartley indicava que juntaria todas as evidências, “favoráveis e desfavoráveis”, deixando que o julgamento fosse feito pelos leitores (p. 2).

Considerando-se os 155 casos publicados por Hartley, é possível notar que a maior parte, 120 pacientes, havia relatado uma melhora geral em sua saúde após a ingestão do pó ou das pílulas de Stephens. Em 25 depoimentos, os pacientes indicavam que não haviam obtido melhora. E dez casos haviam culminado na morte dos pacientes. O experimento *in vitro*, publicado no texto de 1738, foi impresso mais uma vez nesse livro de 1739, e a conclusão de Hartley mantinha-se favorável a Stephens. Para ele, o sucesso desses relatos não devia ser mero acidente ou uma indicação paliativa. Hartley trabalhava com a hipótese de causa e efeito. Se, antes de ingerir o pó, os pacientes não expeliam nenhum cálculo ou expeliam algum de coloração diferente da que seria vista após o uso do remédio, então, a eliminação de tais cálculos urinários somente poderia ser resultado direto da ingestão do pó.

Ao final, esse texto trazia uma “Proposta para tornar públicos os remédios da srta. Stephens”. Ali, defendia-se a sugestão de que cinco mil libras fossem levantadas por contribuição para que Stephens pudesse publicar suas receitas. Esse dinheiro deveria ser entregue aos banqueiros Francis Child ou ao senhor Drummond. Nobres, reverendos e médicos assinavam a proposta, ao lado de Joanna Stephens. Tão breve as cinco mil libras fossem atingidas, a curadora revelaria suas receitas em detalhes. Havia, contudo, uma condição: o valor principal da soma somente seria repassado a ela se os guardiães mencionados no documento, ou a maioria deles, asse-gurassem que os remédios realmente dissolviam “cálculos na bexiga” (Hartley, 1739, p. 176).

Os remédios de Joanna Stephens contra cálculos urinários

Como pudemos notar acima, os debates sobre a eficácia dos remédios produzidos por Joanna Stephens já ocorriam antes mesmo que ela tivesse tornado pública a sua receita. A divulgação dos medicamentos contra os cálculos urinários ocorreria em 16 de junho de 1739, sob o título *A most excellent cure for the stone and gravel*. A capa desse curto texto trazia três informações importantes. O destaque dado à palavra “descoberta” vinha seguido da afirmação de que a autora havia recebido cinco mil libras por Ato do Parlamento. Adicionava-se que um grupo de “nobres, médicos e cirurgiões” examinara os referidos remédios. Por fim, ao lado da cidade de publicação, Londres, indicava-se que o texto era impresso para o “benefício da humanidade em geral”.

Sobre o valor a ser recebido por Stephens, é necessária uma breve explicação. Em 1739, uma petição endereçada à Casa dos Comuns indicava a segurança e eficácia dos remédios elaborados por ela, com o adendo de que “várias pessoas de distinção” haviam se empenhado em levantar o valor de cinco mil libras, mas que não haviam tido êxito (Chandler, 1742, p. viii). Após isso, resolveu-se que esse valor seria oferecido como recompensa a ela em razão de “seu método de preparação de remédios para os cálculos” (p. ix).

As primeiras oito páginas do texto de Stephens eram exatamente o que havia sido publicado na *London Gazette*, na edição de 16 a 19 de junho de 1739. Na sequência, quatro relatos de pacientes eram apresentados com o objetivo de apontar os resultados obtidos pelo uso dos medicamentos. E, então, apresentava-se o item “O Certificado requerido por Ato do Parlamento”, seguido das assinaturas e pareceres dos profissionais designados para esse exame. Entre esses 22 nomes, figuravam os médicos que haviam externado o apoio público a Stephens: David Hartley e Stephen Hales (Stephens, 1739, p. 12).

O texto de Stephens era bastante objetivo, e revelava as suas receitas médicas e o modo de uso. Como ela anunciava, seus remédios eram de três tipos: pó, decocção e pílula. Os ingredientes necessários para cada uma das receitas, ainda que apresentassem uma ou outra peculiaridade, eram possíveis de ser encontrados no cotidiano. A possibilidade de se preparar o próprio remédio era importante porque, ainda nesse século, muitos enfermos não tinham condições financeiras para se consultar com um médico ou, nesse caso, de comprar o remédio da própria Stephens. A mesma lógica pode ser aplicada ao preço do livro impresso. Embora o seu texto não exibisse o valor de venda na capa, podemos verificar o preço da *London Gazette*: dois centavos de libra.

A receita do pó consistia de apenas dois ingredientes: casca de ovo e caramujos calcinados. Para a decocção, orientava-se a fervura de ervas, somada a uma mistura que consistia de “sabão” (*soap*)⁸ e agrião torrado com mel. Já as pílulas eram obtidas com base em caramujos calcinados, sementes de cenoura selvagem e de bardana, freixos,⁹ frutos da roseira,¹⁰ que deveriam ser

8 O “sabão” escolhido por Stephens era “um alicante que continha óleo e o mais suave dos sais fixos, Sal-kali. Esses ingredientes eram ativados pela adição de cal viva tamponada”, ou seja, que resistia à alteração de pH. Cf. Viseltar (1968, p. 209).

9 O termo usado por Stephens era “*Ashen Keys*”, que se refere a uma espécie do gênero *Fraxinus*, conhecido comumente como freixo.

10 Aqui, a autora emprega os termos “*Hips and Haws*”: aquele se refere aos frutos dessa família botânica, ou seja, da Rosaceae.

torrados e adicionados ao “sabão” e ao mel. Mais adiante, a curadora indicaria que as ervas e raízes citadas poderiam ser substituídas, se não fossem encontradas. Nesse caso, “malva, alteia, milefólio vermelho e branco, dente-de-leão, agrião e raiz de rabanete” eram os substitutos recomendados (Stephens, 1739, p. 8). Na sequência, Stephens orientava como preparar cada uma dessas receitas.

Ao se verificar a primeira receita, o pó com base em cascas de ovos e caramujos, nota-se que o processo era bastante longo. Para calcinar as cascas de ovos, e atingir um “gosto salgado ácido”, eram necessárias pelo menos oito horas. Depois disso, ainda era preciso deixar o ingrediente descansando dentro de uma panela descoberta, acomodada num ambiente seco, por dois meses. Durante esse período, o pó adquiriria um aspecto bem fino, capaz de passar facilmente por uma peneira. Já para calcinar o caramujo, a autora orientava ele fosse levado ao fogo por cerca de uma hora. Então, orientava como a mistura deveria ser feita: seis medidas do pó de casca de ovo no “cadinho de tamanho 12” (“aproximadamente três *pints*”)¹¹ deveriam ser adicionadas a “um cadinho” de pó de caramujo, numa alusão às medidas usadas por ela (Stephens, 1739, p. 4).

Para se preparar a decocção, Stephens indicava quatro medidas de “sabão”, misturadas ao agrião tostado e ao mel, até que se alcançasse a consistência de uma pasta. A essa mistura seria adicionada uma onça de camomila, erva-doce, salsinha, e folha de bardana. O resultado seria cozido por meia hora e depois regado com mel. E, por fim, as pílulas eram feitas com base no caramujo calcinado preparado inicialmente, misturado a uma quantidade igual de sementes de cenoura selvagem, sementes de bardana, freixo, e um fruto vermelho da família das rosas, que deveriam ser tostados ou defumados. O produto obtido deveria ser passado por uma peneira de cipreste, e misturado ao “sabão” e ao mel, para se tornar uma pílula.

Após revelar as receitas, Stephens orientava os possíveis pacientes sobre a administração da droga. Se o diagnóstico fosse de cálculos na bexiga ou nos rins, o pó deveria ser ingerido três vezes ao dia, ou seja, pela manhã, logo após o desjejum, à tarde, em torno das cinco ou seis horas, e antes de dormir. Cada dose tinha o equivalente a “56 grãos”, que poderia ser misturada a uma xícara grande de “vinho branco, cidra ou ponche” (Stephens, 1739, p. 6). Após ingerir o pó dissolvido, o paciente deveria tomar 284 ml (*half a pint*) da decocção, fria ou morna. Um adendo na sequência é digno de nota: Stephens afirmava que o paciente poderia sentir dor logo após a primeira ingestão do remédio, o que notamos ser muito recorrente nos relatos publicados por David Hartley. Nesse caso, indicava-se um opiáceo. Para o caso de prisão de ventre, recomendava-se o emprego de um eletuário¹² (p. 6).

Joanna Stephens fazia, ainda, algumas recomendações quanto às restrições alimentares que deveriam ser observadas durante o tratamento. Os pacientes deveriam se abster de “carne salgada, vinho tinto e leite” (Stephens, 1739, p. 7). Além disso, deveriam ingerir pouco líquido e fazer pouco exercício, de modo que a urina ficasse impregnada do medicamento. Para pessoas de mais idade e de constituição mais fraca, indicava-se o pó com uma maior proporção de caramujos calcinados, atingindo-se partes iguais de casca de ovos e caramujo, caso fosse necessário (p. 7).

11 Para fins de medida, considere-se um *pint* como equivalente a 0,568 litros ou 568 ml.

12 O eletuário pode ser definido como um remédio feito à base de ervas com um ingrediente doce, em geral, o mel, e empregado com finalidade purgativa e calmante. Cf. Elmer (2004, p. 385).

As pílulas eram recomendadas para aqueles que sofriam de crises de cálculo renal, acompanhadas de “dor nas costas e vômitos”, e que apresentassem, além disso, um quadro de “supressão da urina por uma obstrução nos ureteres” (Stephens, 1739, p. 8). Nesses casos, a dosagem prescrita era alta: o paciente deveria tomar cinco pílulas a cada hora, dia e noite, até que as queixas fossem removidas. As pílulas também poderiam ser empregadas para se evitar a formação dos cálculos urinários, numa dosagem entre “dez ou quinze” por dia (p. 8).

Stephens encerrava afirmando: “essa é a minha maneira” de administrar o pó e a decocção, o que nos indica que ela não apenas manipulava as ervas e outros ingredientes com finalidade médica, como também prestava atendimento e orientação a quem sofresse desse problema. Outra indicação a esse respeito foi feita no testemunho do senhor francês Reau, publicado na edição de novembro de 1738 de *The Gentleman's Magazine*, pois ali esse homem relatava que havia se consultado com Stephens.

Para dispensar ainda maior credibilidade às receitas médicas de Stephens e confirmar sua eficácia, o texto trazia a indicação de que uma reunião havia sido realizada na “câmara do príncipe” em 5 de março de 1739, com a presença dos conselheiros apontados pelo Ato do Parlamento, como mencionado anteriormente, e com pacientes que haviam testado o medicamento em questão.

Os casos relatados no texto de Joanna Stephens se referiam a quatro homens, com idades de 61, 67, 55 e 79 anos, e que, após utilizarem os remédios para cálculos urinários, haviam apresentado uma melhora de saúde, e, naquele momento, se diziam “livres” dos sintomas que sentiam até então. Importante lembrar que todos eles haviam sido examinados por médicos e cirurgiões antes e após o uso do medicamento da curadora. O diagnóstico em todos os casos era de cálculo na bexiga. O testemunho do paciente número 2, Peter Appleton, merece um destaque pela quantidade de profissionais que o examinaram na cafeteria *Child's*: foram 13, além do dr. Sharp, com quem ele já havia se consultado (Stephens, 1739, p. 10). O episódio ocorreu possivelmente em novembro de 1738.¹³

O primeiro paciente, o senhor Gardiner, também merece uma breve menção, já que seu caso foi publicado no jornal da Sociedade Real inglesa, o *Philosophical Transactions*. Ocorre que, após o tratamento com os remédios de Stephens e a afirmação de que sua saúde havia sido recobrada, o senhor Gardiner acabaria por falecer em janeiro de 1742. Foi Edward Nourse, cirurgião que o examinara anteriormente e que atendia no Hospital St' Bartholomew's – além de ser membro da Royal Society – quem escreveu uma carta para o jornal dessa Sociedade. Embora no exame pós-morte Nourse observasse “seis aberturas” incomuns de diferentes tamanhos na bexiga, com a indicação da existência de “dois cálculos” (Nourse, 1742, p. 12), nenhuma conclusão negativa foi endereçada a Joanna Stephens.

Na última parte do texto, constavam os nomes dos conselheiros apontados pelo Parlamento e que haviam sido incumbidos de analisar a eficácia dos remédios de Stephens. No total, eram 22 nomes, advindos de três grandes categorias: bispos, nobres e personagens ligados à classe médica.¹⁴ Desse grupo, dois médicos, dr. Thomas Pellet e dr. Robert Nesbit, levantaram dúvidas

13 Embora a data desses exames médicos não esteja explícita no texto, podemos concluir que esses eventos ocorreram no ano anterior à publicação do livro de Stephens, afinal, sabemos que o paciente número 1 teve seu caso investigado em dezembro de 1738.

14 Os nomes completos, além de cinco não mencionados no texto de Stephens, podem ser consultados em

sobre o “pó solvente” e preferiram escrever seus certificados à parte. Ainda que fosse assim, os dois médicos atestaram a “utilidade e eficácia” do remédio da curadora (Stephens, 1739, p. 12).

Nessa lista, figuravam as assinaturas de David Hartley, seu maior apoiador público, e Stephen Hales (1677-1761), atuante na prática médica e que publicou um livro sobre os remédios de Joanna Stephens (Hales, c. 1740). O fato de nenhum dos dois possuir o título de “doutor em medicina”, ou M.D., poderia ser usado como um argumento para desqualificar os remédios em questão, e reforçar a crença de que se tratava de mais um caso de charlatanismo. Contudo, dentre os seis médicos que assinaram o certificado, todos exibiam efetivamente o título de doutor. Um deles, Thomas Pellet (morto em 1744), citado anteriormente, fora presidente da Faculdade de Medicina de Londres, o *Royal College of Physicians*, e havia obtido o título de doutor em medicina em Cambridge, em 1705 (Green, 1970, p. 11).

As controvérsias sobre os remédios contra cálculos urinários

Considerando-se as premissas que orientavam a prática médica na Europa moderna, ou seja, a teoria hipocrático-galênica, não havia nenhum tratamento medicamentoso eficaz proposto contra os cálculos urinários. Até o século XVI, era adotado o chamado “aparato menor”, uma cirurgia descrita no século I por Celso e que consistia na remoção de tal concreção através da inserção do dedo no reto, o que projetava tal cálculo para o períneo (Bynum, Porter, 1993, p. 979). Em 1522, o método descrito por Mariano Santo de Barletta, e que ficaria conhecido como “aparato maior”, propunha dilatar e fazer uma incisão na uretra “imediatamente anterior ao colo da bexiga para permitir a introdução de vários instrumentos” e, então, extrair os cálculos (Bynum, Porter, 1993, p. 979).

No final do século XVII, um praticante não licenciado, de nome Jacques de Beaulieu, faria a introdução da cistotomia lateral, que propunha a incisão no períneo para se chegar à bexiga e ao colo da bexiga (Bynum, Porter, 1993, p. 979). Na Inglaterra, o cirurgião William Cheselden (1688-1752) passou a empregar esse método, com sucesso, ao longo do século XVIII. Esse era um dos praticantes que haviam examinado os efeitos do remédio de Stephens e que assinava o certificado requerido pelo Parlamento. Cheselden foi citado uma dezena de vezes por David Hartley, no seu texto que exibia 155 relatos de pacientes que haviam utilizado os remédios de Stephens. Esse cirurgião, que atendia no hospital de St. Thomas, tornou-se, de fato, conhecido e respeitado como litotomista, isto é, um cirurgião que atuava na remoção de cálculos urinários (Moran, 2014, p. 58).

O sucesso do método não significava, de outro modo, que os pacientes acometidos de cálculos urinários estivessem dispostos a pagar e a se submeter a uma cirurgia. A intervenção cirúrgica era a última opção disponível, já que provocava dor e poderia se revelar torturante ao paciente. Desse modo, é razoável supor que alternativas medicamentosas fossem buscadas.

É certo, portanto, que receitas médicas fossem elaboradas e publicadas, por profissionais ou empíricos, ao longo do período moderno europeu. Em 1577, por exemplo, o doutor George Pictor publicou um pequeno livro sobre “Tratamentos de cálculos renais”.¹⁵ Pictor faria reflexões

Visellear (1968, p. 204).

15 O livro original, *Grien Büchlin, durch was Mittel und Ordnung ein yeder vor dem Gries oder Nierenstein moeg gesichert werden*, foi publicado em alemão em 1557 e recebeu tradução para o inglês em 1577.

sobre “remédios simples e compostos para cálculos e cólicas”, os quais incluíam “sassafrás, folhas de choupos silvestres, sementes de salsa, violetas, e catárticos” (Moran, 2014, p. 42). Embora o texto tenha ganhado tradução para o inglês, não verificamos menção a essa obra nas fontes citadas aqui. Médicos mais conhecidos nesse período e que se dedicaram ao tema dos cálculos urinários, como Herman Boerhaave (1668-1738), não propunham receitas médicas contra essa condição. Na sua obra, Boerhaave orientava um maior consumo de líquidos, banho quente “para induzir vasodilatação e exercício” (p. 54).

Um parâmetro razoável para se verificar as possíveis ervas e drogas utilizadas em determinadas sociedades são as publicações farmacológicas que se multiplicaram na Europa moderna. No caso de Londres, a primeira publicação oficial sobre o assunto seria feita em 1618, sob o patrocínio da Faculdade de Medicina. O livro *Pharmacopoeia londinensis* foi publicado em latim, e recebeu uma tradução em 1649 por Nicholas Culpeper (1616-1654), um praticante médico e botânico. No texto, é possível verificar a indicação de plantas como o alcaçuz, gramíneas, além de preparos de pós e eletuários contra cálculos urinários (Culpeper, 1649). Contudo, nenhuma receita para essa condição era tão detalhada e elaborada como as que seriam propostas por Joanna Stephens.

Alternativas medicamentosas se avolumavam, entre outras razões, pelo profundo desconforto em se enfrentar uma cirurgia. Desse modo, além de possíveis ingredientes e composições para dissolver os cálculos, era corrente encontrar em manuais domésticos e também em publicações médicas recomendações sobre “algum tipo de remédio de litotripsia para aliviar as dores causadas pelos cálculos” (Matthew, Harrison, 2004, p. 475). Logo, as receitas de Joanna Stephens não deviam ser encaradas como uma novidade nesse campo. Ainda que fosse desse modo, suas receitas receberam frequentes críticas nessas primeiras décadas do século XVIII.

Examinando os argumentos do médico Henry Bracken, citado anteriormente, notamos que a desqualificação do remédio proposto por Joanna Stephens compreendia três pontos principais: 1) o questionamento sobre os conhecimentos médicos e químicos de sua autora, com o adendo de que a receita poderia ter sido elaborada por seu irmão; 2) os ingredientes usados e o seu método de administrar o remédio, o qual alcançaria melhor resultado se fosse “injetado através de um cateter na bexiga” (Bracken, 1739, p. 26), diminuindo-se, assim, o incômodo ao se ingerir os remédios por vários meses; 3) o argumento cabal de que Stephens queria vender remédios por um “alto preço”, o que a colocava na categoria de charlatã (p. 2). Considerando-se o fato de que, ao final do texto, o próprio Bracken exibia a sua descoberta de uma “cerveja medicamentosa”,¹⁶ que traria grande benefício para essa condição se fosse tomada por seis meses ou mais, podemos assumir que ele não era contrário à ideia de um solvente, mas do solvente proposto por Stephens.

Desse modo, o que precisamos questionar são as possíveis razões das controvérsias e dos debates intensos que se seguiram após a divulgação do remédio de Stephens. A sua atuação empírica, atrelada ao seu gênero, teriam um impacto nesse julgamento?

Outro médico a publicar uma crítica a esses remédios foi o francês radicado na Inglaterra, Dennis de Coetlogon (c.1700-1749). No texto *A new treatise on the stone*, ele propunha uma “análise exata” dos remédios de Stephens, e não poupou críticas a ela. Embora o adjetivo “exato”

16 “*medicated Ale*” (Bracken, 1739, p. 32).

pudesse supor um exame parcimonioso e estritamente médico, o que lemos é uma sucessão de adjetivos valorativos associados a Stephens: o termo *nostrum* (panaceia), já usado por Bracken, foi ressaltado por De Coetlogon, ao lado de “charlatães”, “impostores” e “patifes”, empenhados em enganar pessoas à custa de seu dinheiro (De Coetlogon, c. 1739, p. 38). Após retomar cada receita médica de Stephens, a conclusão era de que havia “pouca ou nenhuma virtude em cada uma das suas três preparações”, com exceção da decocção (p. 42). Ademais, no que se referia ao aumento de proporção de caramujos calcinados para pessoas de mais idade ou de constituição fraca, o autor nomeava tais precauções de “ridículas”, já que isso poderia implicar num efeito corrosivo (p. 58). Por fim, a conclusão era de que não era possível encontrar um remédio ou solvente para “cálculos nos rins e na bexiga”, e o remédio da curadora em questão era, portanto, um engano (p. 61).

As críticas não se limitavam aos aspectos materiais e terapêuticos desse remédio. Elementos externos eram adicionados a essa discussão, de modo que notamos um questionamento amplo sobre muitos aspectos. Por exemplo, o médico James Parsons (1705-1770) apontava as distintas composições que se poderiam encontrar nos cálculos urinários, o que enfraquecia a evidência da eficácia desse remédio (Parsons, 1742, p. 89). Ademais, prosseguia ele, era preciso considerar possíveis mudanças na dieta, como no caso do reverendo Kirkpatrick, que tomava um xarope de “plantas diuréticas” atrelado ao uso do remédio de Stephens, bebida essa eficaz em “limpar as vias urinárias” e que ajudava a expulsar os cálculos (p. 104).

Por fim, colocava-se em dúvida a capacidade de Stephens em elaborar esse medicamento. No seu texto, Parsons levantou o seguinte questionamento: Joanna Stephens era, de fato, a “inventora desses remédios”? Para ele, os ingredientes que ela apresentava já haviam sido usados anteriormente por outros médicos. Mais do que isso: a “calcinação das cascas e a adição de sabão” (*soap*) eram apresentadas como virtudes de Stephens, como se “ninguém tivesse pensado nisso antes” (Parsons, 1742, p. 136). Para exemplificar sua suposição, o médico citava um eletuário do polímata islâmico Ibn Sīnā, que empregava cascas de ovos calcinadas contra cálculos urinários, e apontava, na sequência, suas receitas (p. 138-139).

Afora os avaliadores dos remédios de Stephens, cujas assinaturas constavam no certificado do Ato do Parlamento, houve também quem se manifestasse publicamente a favor de suas receitas, apesar das ressalvas. O doutor em medicina (M.D.) e naturalista irlandês John Rutty (1697-1775) publicou em 1742 suas reflexões sobre os medicamentos propostos por ela. Apesar de afirmar que muitas partes dos remédios eram de pouca utilidade, ele levantava um ponto importante: para ele, os médicos David Hartley e Stephen Hales haviam demonstrado que os remédios não eram resultado de uma prática meramente empírica (Rutty, 1742, p. iii). Rutty ressaltava, para tanto, os experimentos *in vitro* com os cálculos urinários apresentados no mencionado texto de Hartley.

Desse modo, Rutty se empenhou em replicar o experimento feito por Hartley, mas com 15 amostras de cálculos urinários que ele havia coletado junto a “cavalheiros de profissão” na cidade de Dublin (Rutty, 1742, p. vi). Após depositar as amostras de cálculos urinários em misturas de: 1) “*soap-les*”, ou seja, uma solução de um sal alcalino combinada a partículas de cal; 2) decocção de “sabão”; 3) água com cal; 4) “*acqua fortis*”, isto é, espírito de nitro e sal, a conclusão de Rutty era similar àquela de Hartley: os experimentos em que a mistura era de um estado alcalino – assim como a urina após o uso dos medicamentos de Stephens – revelaram uma grande ação sobre os sedimentos (p. 26).

Os remédios de Stephens também despertariam interesse nos países continentais. O professor de anatomia e polímata alemão Johann Heinrich Schulze (1687-1744) escreveu em setembro de 1739 uma dissertação em latim para defender publicamente os remédios da inglesa (Schulze, 1739). Na França, houve também quem se propusesse a investigar os efeitos desses remédios na Académie Royale des Sciences. A análise dos medicamentos ficou a cargo do químico Claude Joseph Geoffroy (1685-1752) e do cirurgião Sauveur-François Morand (1697-1773). A conclusão do exame químico de Geoffroy alinhava-se com aquela feita por David Hartley: os “sais alcalinos” atuavam como solventes dos cálculos, e seu “componente saponáceo realmente entrava na circulação sanguínea e era excretado pelos rins” (Maehle, 1996, p. 76). Morand se empenhou num estudo com quarenta pacientes que sofriam de cálculos urinários, e que seriam divididos em quatro grupos.¹⁷ A sua conclusão reforçava o que já havia sido publicado por seu colega francês: os remédios de Stephens eram “frequentemente úteis e eficazes para a cura de cálculo na bexiga”, mas não em crianças (Histoire..., 1740, p. 194).

Considerações finais

Após a apresentação da receita de Joanna Stephens, e da natureza dos debates que se travaram sobre seus remédios, podemos retomar a questão colocada no início deste artigo: quais seriam as possíveis motivações para as críticas recebidas por Stephens – e por seu apoiador David Hartley –, e por que esse caso gerou tamanho debate público?

Uma possível resposta a essas perguntas deve considerar a intersecção entre fatores de ordem científica e aqueles de ordem alheia a esse campo. Os primeiros compreendem tanto os tratamentos terapêuticos quanto a produção de saberes na área médica. Já os outros se referem à forma como os debates públicos se organizaram após a divulgação dos remédios, às diferenças no papel de gênero manifestadas na autora e nos seus interlocutores, e às tensas relações entre médicos profissionais e curadores práticos, na busca pelo exercício de suas funções.

O primeiro conjunto de elementos pode ser exemplificado pelo contexto de preparo de medicamentos no século XVIII. Embora Joanna Stephens, assim como seus remédios, fossem atacados por recorrentes publicações na Inglaterra, como vimos, a formulação de litotrípticos continuou a ocorrer no século XVIII. Se tomarmos a data de edição de suas receitas, 1739, até o final desse século, “centenas de tratados” sobre esse assunto foram publicados (Viseltear, 1968, p. 206). Portanto, a proposta de Stephens não se chocava com os possíveis métodos de cura concebidos nesse momento.

Excluída essa barreira terapêutica, seria necessário questionar sobre a possibilidade e autoridade de medicamentos formulados por curadores sem formação universitária. Considerando-se que a teoria dos humores ainda iluminava as ideias e práticas médicas, podemos asseverar que a natureza de tratamentos, ervas empregadas, e manipulação de outros ingredientes eram amplamente compartilhadas por curadores empíricos e graduados (Pumfrey, Rossi, Slawinski, 1991, p. 203). Diante disso, é certo que medicamentos e outras formulações terapêuticas elaborados

17 O primeiro grupo era formado por pacientes com problemas outros que não os cálculos nos rins e na bexiga; o segundo grupo sofria de cálculos urinários; o terceiro reclamava de cálculos, que não haviam sido examinados; e o quarto grupo apresentava cálculos atestados por uma sonda. Cf. Histoire... (1740, p. 179-180).

por curadores empíricos poderiam desfrutar de aceitação e confiabilidade social. Mas, no caso de Stephens, a ausência de formação acadêmica não apenas estimulou o questionamento sobre a eficácia de seu remédio, como também gerou frequentemente a crença de que se tratava de uma charlatã, ou ainda mais grave, uma impostora cujo interesse espúrio era vender remédios ineficazes para pacientes em sofrimento.

Eis, então, o segundo conjunto de fatores mencionados, aqueles externos à formulação desse litotríptico. Começamos com o teor dos debates que se seguiram à publicação de sua receita. De partida, é preciso lembrar que muitas dessas críticas não se endereçavam diretamente a própria Stephens, mas mencionavam o seu nome, com um discurso dirigido a outros homens –, como no episódio da carta do médico inglês Bracken –, o que pode sinalizar o menosprezo por parte de homens e médicos quanto à capacidade da autora de argumentar nesse campo.

Outro médico e crítico citado, De Coetlogon, atacou não apenas os remédios de Stephens – embora tenha feito alguma concessão aos efeitos positivos da decocção – como também as habilidades e os conhecimentos da praticante. O uso do termo “empírico” demonstrava o desprezo de muitos médicos com grau acadêmico em relação àquelas e àqueles praticantes que haviam aprendido as artes da cura no seu trato cotidiano. Contudo, é preciso lembrar que Stephens havia se empenhado muito tempo para chegar à formulação de seu remédio. Como lembrou o médico irlandês mencionado, John Rutty, não se tratava de um remédio empírico, mas de um medicamento que denotava um trabalho de pesquisa.

Para os críticos aos remédios contra cálculos urinários, muitas objeções eram adicionadas a essa discussão, de modo que notamos um questionamento amplo sobre muitos aspectos. Por exemplo, com base nos críticos lembrados anteriormente, é possível verificar que muitos fatores eram utilizados para contestar o resultado positivo desse remédio, tais como condições de vida pregressa do paciente; características de sua dieta; ou composição dos cálculos urinários.

Contudo, se tantos elementos externos fossem acrescentados aos casos relatados, como se poderia chegar a qualquer conclusão objetiva sobre o uso dos remédios de Stephens? Afinal, por não se tratar de um teste clínico controlado, qualquer fator extrínseco teria o poder de mudar o resultado final. Em outras palavras, ao levantar variadas hipóteses sobre os elementos que estavam na base de discussão da pesquisa, havia uma grande chance em se confundir causa e efeito, ao não se diferenciar uma causa de uma correlação. Esse recurso era empregado especialmente por aqueles que buscavam invalidar os resultados positivos apontados por Hartley sobre os remédios da curadora inglesa. No entanto, se não houvesse concordância sobre o próprio *modus operandi* dos experimentos clínicos, como esses médicos poderiam chegar a qualquer conclusão válida nesse campo?

Atrelado a essas críticas públicas, havia os próprios papéis de gênero assumidos nesse episódio. Isso se evidencia em vários momentos. Acima, indicou-se que o médico Henry Bracken levantara a possibilidade de o remédio ter sido criado por um irmão de Stephens. Portanto, era possível conceber a criação de um remédio por meio da ação de um homem. Mas a mesma probabilidade gerava inúmeras discussões e questionamentos quando se tratava do trabalho de pesquisa de uma mulher.

Dito isso, e com base nos argumentos e oposições apresentados por outros médicos, fica evidente que qualquer elemento constituinte desse caso poderia, e normalmente era,

questionado pelos céticos sobre o remédio. Esse campo aberto de preceitos na pesquisa médica propiciava toda sorte de suposições, adendos e contestações.

Era justamente esse campo aberto que incitava o questionamento sobre a capacidade racional de Stephens e sobre sua habilidade de operar com procedimentos ordenados na pesquisa médica. Para seus críticos, parecia não haver qualquer parâmetro ou premissa capaz de conceder validade ao remédio dessa praticante médica. A voz masculina e de um profissional da área é que poderia, talvez, revestir a descoberta dessas receitas de legitimidade junto à categoria médica e diante do público. Lembremos que, antes mesmo de o texto de Stephens ser publicado, a discussão sobre a eficácia dos remédios havia sido iniciada por um homem. E, após a sua divulgação, os debates se seguiriam centrados nas vozes masculinas. Em outras palavras, Stephens sofria de um deliberado descrédito: em razão de seu *status* como experimentalista e, ao mesmo tempo, em “virtude de seu *status* como uma mulher” (Walsch, 2023, p. 280).

Portanto, ainda que considerássemos uma certa “fluidez de gênero”, como defende Lesley Thulin (2022, p. 3), materializada numa mulher mais velha e solteira, cuja participação se deu num mercado médico dominado por homens, com a proposta de divulgar um remédio interno contra uma condição que, frequentemente, implicava o emprego da cirurgia – o que geraria um forte apelo entre os pacientes e um impacto direto no trabalho de médicos e cirurgiões –, fato é que essas expressões de seu comportamento não seriam impeditivas para o questionamento sobre sua capacidade racional de atuar na medicina.

Conversando com um homem habilidoso, à semelhança daqueles saídos da Faculdade de Medicina, Bracken afirmava que havia esperanças para a descoberta de um solvente para cálculos urinários, mas que não se poderia “sonhar que esta joia preciosa cairia primeiro nas mãos de uma mulher”.¹⁸ Em outras palavras, rompendo ou não com os códigos de vestimentas, comportamentos e ideias de uma época, uma mulher que buscasse ser propositiva no terreno científico e médico esbarraria invariavelmente nas fronteiras de gênero. Uma vez que a ela não era concedido o reconhecimento de sua capacidade intelectual, qualquer que fosse a natureza dos argumentos empregados nesse âmbito só geraria mais oposições e questionamentos.

Por fim, havia o próprio terreno de disputas entre os médicos profissionais e os curadores empíricos. Como observado no começo deste texto, a maior parte do cuidado médico, ainda no século XVIII, estava a cargo de praticantes sem formação universitária. E sabemos que as mulheres desempenhavam um papel proeminente nesse cenário. Diante do fato de propor o uso de um medicamento que prescindia do trabalho de um médico ou cirurgião, de ter recebido uma quantia vultosa pela divulgação de seu remédio, e de ter seu nome publicamente conhecido em Londres, era esperado que muitos médicos profissionais e cirurgiões se mostrassem insatisfeitos e preocupados com a possível perda de espaço e de pacientes. Ainda que Joanna Stephens tenha se recolhido ao anonimato nos anos seguintes, seu remédio colocou em evidência a atuação de cura feminina num mercado dominado por homens. Uma transgressão e uma ameaça para a classe médica masculina, que buscava manter seu *status*, domínio e privilégio nesse campo de atuação.

18 “yet I dare say, he never dream’d that this precious jewel would first fall in the hands of a woman” (Bracken, 1739, p. 31).

Referências bibliográficas

- ALLEN, R.C. *David Hartley on human nature*. Albany: State University of New York Press, 1999.
- BRACKEN, H. *Lithiasis Anglicana: or, A philosophical enquiry into the nature and origin of the stone and gravel in human bodies etc.* London: Printed for T. Cooper, 1739. Disponível em: https://openlibrary.org/books/OL33105595M/Lithiasis_anglicana_or_A_philosophical_enquiry_into_the_nature_and_origin_of_the_stone_and_gravel_in. Acesso em: 13 fev. 2025.
- BYNUM, W.; PORTER, R. (eds.). *Companion encyclopedia of history of medicine*. v. 1-2. London: Routledge, 1993.
- CHANDLER, R. et al. *The history and Proceedings of the House of Commons from the Restoration to the present time*. v. IX. London: Printed for Richard Chandler, 1742.
- CLARK-KENNEDY, A. E. *Stephen Hales, D.D., F.R.S.* An eighteenth-century biography. Cambridge: Cambridge University Press, 1929.
- CULPEPER, N. (trad.). *A physicall directory, or, A translation of the London dispensatory made by the Colledge of Physicians in London*. London: Printed for Peter Cole, 1649. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A35390.0001.001/1:2?rgn=div1;view=fulltext>. Acesso em: 13 fev. 2025
- DE COETLOGON, D. *A new treatise on the stone: containing the causes both remote and immediate. The indications, counter-indications, and the prognostick*. London: Printed for J. Brett, c. 1739.
- Disponível em: <https://archive.org/details/b30780263/page/64/mode/2up>. Acesso em: 19 fev. 2025.
- DUFFIN, C.J. Lapis Judaicus or the Jews' stone: the folklore of fossil echinoid spines. *Proceedings of the Geologists' Association*, v. 117, n. 3, p. 265-275, 2006.
- ELMER, P. (ed.). *The healing arts: health, disease and society in Europe 1500-1800*. Manchester: Manchester University Press, 2004.
- GREEN, J.M. Dr. Thomas Pellett. *Proceedings of the Royal Society of Medicine*. v. 63, p. 147-152, fev. 1970.
- HALES, S. *An account of some experiments and observations on Mrs. Stephens's medicines for dissolving the stone, wherein their dissolving power is inquir'd into, and shown; to which is added, a supplement to a pamphlet*. London: Printed for T. Woodward, c. 1740.
- HARTLEY, D. *Ten cases of persons who have taken Mrs. Stephens's medicines for the stone*. With an abstract of some experiments, tending to illustrate these cases. London: Printed for S. Harding, 1738. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/cgi/t/text/text-idx?cc=ecco;c=ecco;idno=004789752.0001.000;node=004789752.0001.000;seq=15;view=text;rgn=div1>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- HARTLEY, D. *A view of the present evidence for and against Mrs. Stephens's medicines, as a solvent for the stone*. Containing 155 cases. With some experiments and observations. London: Printed for S. Harding, 1739. Disponível em: <https://archive.org/details/b30780123>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- HISTOIRE de l'Académie Royale des Sciences. Année MDCCXL. A Paris: De L'Imprimerie Royale, 1740. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5510983v/f6.item>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- KLEINKAUF, H., VON DÖHREN, H., JAENICKE, L. (ed.). *The roots of modern biochemistry*. Fritz Lippmann's squiggle and its consequences. Berlin: Walter de Gruyter, 1988.
- LINDEMANN, M. *Medicine and society in Early Modern Europe*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- MAEHLE, A.-H. *Experimental pharmacology and therapeutic innovation in the eighteenth century*. Thesis (Doctor of Philosophy) – University College London, London, 1996.
- MAEHLE, A.-H. *Drugs on trial: experimental pharmacology and therapeutic innovation in the eighteenth century*. Amsterdam: Rodopi, 1999.

- MATTHEW, H.C.G., HARRISON, B. *Oxford dictionary of national biography*. v. 25. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- MORAN, M.E. *Urolithiasis: a comprehensive history*. New York: Springer, 2014.
- NOURSE, E. A Letter from Edward Nourse, F.R.S. Surgeon to St. Bartholomew's, to the President and Fellows of Royal Society, giving an Account of several stones found in bags formed by a protrusion of the coats of the bladder, as appeared upon opening the body of one Mr. Gardiner. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, v. 42, n. 462, p. 11-14, fev. 1742.
- OGILVIE, M.B., HARVEY, J.D. (eds.). *The biographical dictionary of women in science: L-Z. Pioneering lives from ancient times to the mid-20th century*. v. 2. London: Routledge, 2000.
- PARSONS, J. *A description of the human urinary bladder, and parts belonging to it, with anatomical figures shewing its make, situation, etc.: to which are added, animadversions on lithontriptic medicines, particularly those of Mrs. Stephens, and an account of the dissections of some bodies of persons who died after the use of them*. London: Printed for J. Brindley, 1742.
- PUMFREY, S.; ROSSI, P.; SLAWINSKI, M. (eds.). *Science, culture and popular belief in Renaissance Europe*. Manchester: Manchester University Press, 1991.
- RUTTY, J. *An Account of some new experiments and observations on Joanna Stephens's medicine for the stone: with some hints for reducing it from an empirical to a rational use*. London: Printed for R. Manby, 1742.
- SCHULZE, J.H. *De lithontriptico nuper in Britania publici juris facto*. Berlin: Georg. Ludovicus Jetzke, 1739.
- STEPHENS, J. *A most excellent cure for the stone and gravel*. London: Printed for the benefit of mankind in general, 1739. Disponível em: <https://collections.nlm.nih.gov/catalog/nlm:nlmuid-2711771R-bk>. Acesso em: 19 fev. 2025.
- THE FAMILY *receipt-book, or, Universal repository of useful knowledge and experience in all the various branches of domestic œconomy*. London: Printed for the Editors, and Published by Odd and Co., c. 1810.
- THULIN, L. "My case", her cure: William Hay's permissible gender fluidity and Mrs. Stephens's controversy. *Eighteenth-Century Life*, v. 46, n. 2, p. 1-29, 2022.
- URBAN, S. *The Gentleman's Magazine*. v. VIII. London: Printed by Edw. Cave, 1738. Disponível em: <https://archive.org/details/s2492id1185811/page/218/mode/2up?q=stephens>. Acesso em: 22 fev. 2025.
- VISELTEAR, A.J. Joanna Stephens and the eighteenth century lithontriptics: a misplaced chapter in the history of therapeutics. *Bulletin of the History of Medicine*, v. 42, n. 3, p. 199-220, 1968.
- WALSH, J. Joanna Stephens and the stone: credibility economy in the history of medicine. *Perspectives in Biology and Medicine*, v. 66, n. 2, p. 267-283, 2023. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/1/article/894246/pdf>. Acesso em: 13 de fev. 2025.
- WHITEHALL, June 19. *The London Gazette*, 16-19 June 1739. Disponível em: <https://www.thegazette.co.uk/London/issue/7815/page/1>. Acesso em: 24 maio 2025.

Recebido em 04/11/24

Aceito em 09/04/25